

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE – FACE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS – CCA

SAULO BERSAN DE FARIA

IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA JURÍDICA
Análise dos procedimentos adotados pelos escritórios de contabilidade no Distrito
Federal

Brasília, DF

2015

SAULO BERSAN DE FARIA

IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA JURÍDICA

**Análise dos procedimentos adotados pelos escritórios de contabilidade no Distrito
Federal**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis
e Atuariais da Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade (FACE) como
requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Contábeis.

Professora orientadora: Dra. Clésia Camilo Pereira

Brasília, DF

2015

Saulo Bersan de Faria

IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA JURÍDICA
Análise dos procedimentos adotados pelos escritórios de contabilidade no Distrito
Federal

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado ao Departamento de Ciências
Contábeis e Atuariais da Faculdade de
Economia, Administração e Contabilidade
(FACE) como requisito parcial à obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Profa. Dra. Clésia Camilo Pereira
Professora orientadora
Universidade de Brasília

Prof. Alex Laquis
Examinador
Universidade de Brasília

Brasília, DF
2015

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo verificar quais são os procedimentos utilizados por parte dos escritórios de contabilidade situados em Brasília para realizar o planejamento tributário e decidir o enquadramento de seus clientes quanto ao recolhimento do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica. Para o alcance desse objetivo, foi aplicado um questionário no mês de junho de 2015 em 31 escritórios de Brasília, com perguntas que contemplavam questões pertinentes à organização e ao planejamento tributário. Os principais resultados mostraram que: se forem considerados o número de clientes e o faturamento anual bruto como indicadores de desempenho, as empresas cujos clientes estão enquadrados no Lucro Real têm melhor desempenho. Em relação aos incentivos fiscais federais utilizados, constatou-se que o mais usual é o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Concluiu-se, ainda, que o tempo de atuação no mercado não tem relação com a oferta de serviço de planejamento tributário. Por fim, a principal contribuição deste estudo está na identificação dos aspectos que são levados em consideração pelos escritórios de contabilidade para se realizar o planejamento tributário, bem como das características que estão associadas a esse tipo de conhecimento.

Palavras-chave: Escritórios de contabilidade. Planejamento tributário. Imposto de Renda de Pessoa Jurídica.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1–Cidades-satélites onde se concentram os escritórios que participaram da pesquisa.	22
Figura 2– Grau de importância dado ao planejamento tributário por aqueles escritórios que o realizam.	24
Figura 3 – Periodicidade com que é realizado o planejamento tributário.	26

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Características dos escritórios de contabilidade que participaram do estudo	21
Tabela 2– Tipos de serviços prestados pelos escritórios de contabilidade	22
Tabela 3 – A empresa realiza planejamento tributário para assessorar seus clientes?	23
Tabela 4– Itens relevantes para a realização do planejamento tributário	25
Tabela 5 – Incentivos federais mais usuais na recomendação para seus clientes	25

SUMÁRIO

RESUMO	4
LISTA DE FIGURAS	5
LISTA DE TABELAS.....	5
1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Considerações iniciais	8
1.2 Questão de pesquisa	9
1.3 Objetivo.....	10
1.3.1 Objetivo geral	10
1.3.2 Objetivos específicos	10
1.4 Delimitação do tema.....	10
1.5 Justificativa	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 Planejamento tributário	12
2.2 Imposto de Renda de Pessoa Jurídica.....	13
2.2.1 Regimes de tributação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica.....	14
2.3 Incentivos fiscais quanto ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica	17
3 METODOLOGIA.....	19
3.1 Classificação da pesquisa	19
3.2 Coleta de dados, definição da amostra e análise de dados.....	19
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	21
5 CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS	28

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações iniciais

Com o passar dos anos, o mercado tem se mostrado cada dia mais competitivo e sofrido mudanças econômicas que influenciam diretamente o processo de tomada de decisão (CORRÊA et al., 2014).

Para obter melhores resultados no atual cenário competitivo, os empresários e gestores procuram alternativas para minimizar custos e despesas (CORRÊA et al., 2014). Além da competição nacional, as empresas brasileiras têm que competir com preços de produtos importados, vindos de países que, muitas vezes, gozam de benefícios fiscais tais como exportações livres de impostos e bônus de incentivo (SÁ, 2003).

Segundo Corrêa et al. (2014), o planejamento tributário é utilizado como uma ferramenta essencial na gestão tributária com o intuito de reduzir o ônus tributário da empresa e auxiliar na minimização de impostos e na maximização de resultados.

Na visão de Vello e Martinez (2014), um planejamento tributário pode ajudar uma organização no atual mercado, atuando como uma importante ferramenta na gestão estratégica, considerando-se o custo tributário e uma fiscalização cada vez mais moderna e ativa. Ainda conforme esses autores (2014), atualmente, exige-se que as empresas saibam planejar com eficiência para serem competitivas, pois organizações ineficientes em matéria tributária levam desvantagem em relação aos seus concorrentes, visto que recebem um ônus tributário maior.

Nesse contexto, MIOLA et al.(2012) afirmam que os profissionais de contabilidade, muitas vezes, podem cometer equívocos ao escolher o enquadramento tributário de seus clientes, ao levar em consideração apenas a menor alíquota dos tributos.

Para Vello e Martinez (2014, p. 120), planejamento tributário eficiente é “o conjunto de ações que promovam reduções dos tributos explícitos da empresa, exercidas dentro dos preceitos das boas práticas de governança corporativa, que não façam avançar outros custos ou tributos com efeitos marginais superiores às reduções alcançadas, e que ao serem implementadas gerem maior eficiência tributária à firma”.

De acordo com Miola et al. (2012), os contabilistas, principalmente aqueles que atuam na prestação de serviços em escritórios de contabilidade, desenvolveram a tendência ao atendimento das demandas tributárias impostas pelos entes governamentais. Entretanto, para Oliveira e Gonçalves (2013), empresas de grande porte, quando optam pela não contratação

de outras empresas para realização do planejamento tributário, dispõem de capacidade financeira para realizá-lo dentro da própria organização.

Já as micro e pequenas empresas, segundo Oliveira e Gonçalves (2013), tendo em vista sua menor capacidade financeira para dispor de adequada assessoria interna capaz de mantê-las informadas quanto à legislação vigente, recorrem ao profissional externo de contabilidade.

O planejamento tributário é um aspecto muito importante do papel do profissional contábil, visto que, por meio dele, as empresas tomarão decisões para chegar a um equilíbrio no que diz respeito a tributos e contribuições, sem prejudicar aqueles que arrecadam esses tributos e contribuições (OLIVEIRA; GONÇALVES, 2013).

Outra função primordial dos profissionais de contabilidade é a constituição de empresas, visto que é uma obrigatoriedade imposta pela legislação e uma forma de as organizações obterem maior efetividade no controle das transações comerciais (ROSSÉS et al., 2014).

O profissional contábil, como agente que opera aspectos ligados aos negócios, superou a postura tradicional e inseriu-se num processo macro, estando, para isso, constantemente envolvido na busca de conhecimentos atualizados, inclusive em outras áreas (PANUCCI FILHO, 2011).

1.2 Questão de pesquisa

O presente trabalho, considerando o que foi exposto, visa responder à seguinte pergunta: Quais são as ferramentas utilizadas pelos escritórios de contabilidade para assessorar seus clientes quando do enquadramento anual do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica?

1.3 Objetivo

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho é verificar quais são os procedimentos adotados pelos escritórios de contabilidade para definir o enquadramento tributário de seus clientes quanto ao recolhimento do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica.

1.3.2 Objetivos específicos

- Verificar os procedimentos utilizados pelos escritórios para validar a qualidade dos serviços contábeis prestados;
- Verificar quais são os serviços prestados pelos escritórios de contabilidade;
- Identificar o número de empresas enquadradas no Simples Nacional, no Lucro Presumido e no Lucro Real;
- Verificar se há um estudo prévio, realizado anualmente pelos escritórios de contabilidade, quanto ao enquadramento tributário das empresas para as quais prestam serviços;
- Identificar quais são os procedimentos utilizados pelos escritórios de contabilidade para realização do planejamento tributário para seus clientes;
- Identificar quais são os incentivos fiscais recomendados pelos escritórios de contabilidade aos seus clientes enquadrados no Lucro Real.

1.4 Delimitação do tema

O estudo se limitará ao planejamento tributário do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, não adentrando nos demais tributos e contribuições, os quais não deixam de influenciar o planejamento tributário como um todo. A limitação deve-se à maior relevância do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica na gestão tributária de uma empresa, quando comparado aos demais impostos.

1.5 Justificativa

O presente estudo tem como justificativa a existência de poucos estudos que verificam de forma qualitativa os serviços prestados pelos escritórios de contabilidade aos seus clientes, no que se refere ao planejamento tributário.

Justifica-se, ainda, pela importância da realização eficiente do planejamento tributário, tomando como ponto de partida a necessidade que as empresas brasileiras têm de buscar cada vez mais a diminuição das obrigações fiscais, tendo em vista a complexidade do sistema tributário e a forte concorrência de mercado. Empresas ineficientes em matéria tributária enfrentam um mais alto nível de risco quando comparadas às empresas eficientes em matéria tributária (VELLO; MARTINEZ, 2014).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Planejamento tributário

Devido à globalização e ao aumento da competitividade, as empresas adotam práticas de gerenciamento cada vez mais eficazes afim de preservar a continuidade do empreendimento (OLIVEIRA; GONÇALVES, 2013). Assim sendo, o profissional de contabilidade desempenha papel de grande relevância, pois o estudo dos dados contábeis dará suporte para a tomada de decisões, além de permitir uma análise mais aperfeiçoada dos resultados alcançados (MIOLA et al., 2012).

No entendimento de CORRÊA et al. (2014), planejamento tributário é a busca de formas lícitas em meio às lacunas existentes na legislação tributária brasileira afim de reduzir os encargos tributários a serem pagos pelas organizações.No entanto, Miola et al. (2012) ressalvam que o planejamento tributário não trata exclusivamente de reduzir o ônus tributário das organizações, mas também faz parte de toda uma gestão empresarial com o objetivo de potencializar os resultados.Nesse contexto da contribuição na gestão estratégica das organizações, Lima e Duarte (2007) destacam que o planejamento tributário é imprescindível para que as empresas possam ser competitivas em um ambiente globalizado, onde os registros realizados pela contabilidade são fundamentais para assessorar os empresários no processo de tomada de decisão.

Segundo Coelho e Leite Filho (2002), planejamento tributário é gerenciar a carga fiscal da empresa, por meio de formas planejadas e eficazes, com o objetivo de reduzir, adiantar ou excluir obrigações tributárias, sem sonegar ao fisco. No mesmo sentido, Lima e Duarte (2007) afirmam que o planejamento tributário é uma ferramenta de desafio no processo de gestão empresarial, atingindo diretamente a competitividade das empresas de forma a levá-las a reduzir custos e sobreviver no mercado.

Segundo Corrêa et al.(2014), é necessário fazer um planejamento tributário específico para cada tipo de empresa, pois o enquadramento tributário é diferenciado,dependendo da atividade e do faturamento de cada empresa.

ParaOliveira et al. (2009), o profissional contábil,nos dias de hoje,deve se atentar às funções eficientes, estratégicas, produtivas e gerenciais das empresas, não se limitando apenas às normas legais e fiscais. Os empresários e os gestores devem estar cientes de que o planejamento tributário não deve ser considerado apenas como uma obrigação imposta pelo

Fisco, mas também uma ferramenta indispensável para um bom planejamento estratégico das empresas (Corrêa et al., 2014).

Segundo Silveira (2013), há duas maneiras de as empresas diminuïrem seus encargos tributários, sendo uma delas legal, denominada elisão fiscal, e a outra ilegal, denominada evasão fiscal.

Evasão fiscal, na visão de Fabretti (2001), é prática ilegal e ocorre após a existência do fato gerador. O uso de documentação inidônea na escrituração contábil, a omissão de receitas e o não recolhimento de tributação são exemplos de evasão, os quais podem gerar prejuïzos não só para a empresa que os pratica, mas também ao Estado e à população em geral (OLIVEIRA; GONÇALVES, 2013).

O planejamento tributário não deve ser confundido com sonegação fiscal, ou evasão fiscal, uma vez que analisa as possibilidades legais existentes antes de o fato gerador ocorrer, proporcionando escolha da opção com menor custo tributário para o contribuinte (OLIVEIRA; GONÇALVES, 2013).

Considera-se que há planejamento tributário quando há elisão fiscal, que é uma série de procedimentos adotados pela empresa com objetivo de reduzir o ônus tributário, utilizando-se de meios lícitos (OLIVEIRA; GONÇALVES, 2013).

2.2 Imposto de Renda de Pessoa Jurídica

De acordo com a Receita Federal do Brasil, conforme descrito no art. 43 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966:

Art. 43 O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica. § 1º A incidência do imposto independe da denominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção.

Já o art. 44 da mesma lei determina que a base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica é o valor real, arbitrado ou presumido dos rendimentos tributáveis.

Tanto no Lucro Real, quanto no Lucro Presumido, a alíquota do imposto de renda é 15%, todavia, o valor apurado no mês que exceder R\$ 20.000,00 estará sujeito ao adicional de 10% do Imposto de Renda (PINTO, 2011, p.83).

2.2.1 Regimes de tributação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica

Atualmente, os regimes de tributação no Brasil, quanto à apuração do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, são: Lucro Real, Lucro Presumido, Lucro Arbitrado e Simples Nacional. Além desses regimes, há o Micro empreendedor Individual (MEI), regulamentado pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. O MEI é isento de imposto de renda, porém é exclusivo para empresários individuais cujo faturamento anual não ultrapasse R\$ 60.000,00 anuais.

Para Oliveira e Almeida (2014), no Lucro Presumido, para fins de apuração do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, presume-se o lucro da empresa com base em um percentual, que varia de acordo com a atividade empresarial, aplicado sobre o faturamento.

Silva (2011) define o Lucro Presumido como um regime de tributação simplificado, cujo objetivo é determinar trimestralmente a base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa jurídica. Ainda na visão do autor, nesse regime, parte-se da presunção de que a empresa, ao obter receita ou realizar vendas operacionais, sempre auferir lucro, não existindo, portanto, a não tributação em caso de prejuízo operacional.

Para poder optar pelo Lucro Presumido, as pessoas jurídicas não podem ter ultrapassado o limite de receita de R\$ 78.000.000,00 no ano-calendário anterior, ou proporcionalmente R\$ 6.500.000,00 multiplicado pelo número de meses em que exerceram atividade no último ano. Também não estão obrigadas ao Lucro Real em virtude de sua atividade.

O Lucro Arbitrado é aplicado quando a pessoa jurídica deixa de cumprir obrigações acessórias referentes ao Lucro Real e ao Lucro Presumido. Para Neves e Viceconti (2003), o Lucro Arbitrado é uma forma de punição à pessoa jurídica que não atender às exigências de enquadramento quanto à apuração do imposto de renda.

Já o Simples Nacional, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, é exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte. Trata-se de um regime de tributação simplificado em que os tributos IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica (CPP) são recolhidos via documento único de arrecadação (DUA).

Para Berlatto et al. (2014), o regime de tributação Lucro Real é o mais completo quando se trata da apuração do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica.

Oliveira e Almeida (2014) afirmam que o Lucro Real é o lucro contábil, ou seja, o lucro líquido apurado na escrituração contábil depois de contabilizadas as adições, exclusões e compensações inerentes à legislação do imposto de renda.

Silva (2011, p. 12) assim define o Lucro Real:

Lucro Real é o resultado contábil (lucro ou prejuízo líquido) do período de apuração, ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação do Imposto de Renda. É a base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, apurados a partir dos registros contábeis e fiscais efetuados sistematicamente de acordo com as legislação comercial e fiscal.

Para se determinar o lucro real a partir do lucro líquido do período de apuração, obtido mediante escrituração comercial, antes da provisão para o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, é necessário observar que de acordo com Decreto nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977:

- 1) serão adicionados ao lucro líquido:
 - a) os custos, despesas, encargos, perdas, provisões, participações e quaisquer outros valores deduzidos na apuração do lucro líquido que, de acordo com a legislação tributária, não sejam dedutíveis na determinação do lucro real (exemplos: resultados negativos de 3 equivalência patrimonial; custos e despesas não dedutíveis);
 - b) os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores não incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com a legislação tributária, devam ser computados na determinação do lucro real (exemplos: ajustes decorrentes da aplicação dos métodos dos preços de transferência; lucros auferidos por controladas e coligadas domiciliadas no exterior);
- 2) poderão ser excluídos do lucro líquido:
 - a) os valores cuja dedução seja autorizada pela legislação tributária e que não tenham sido computados na apuração do lucro líquido do período de apuração (exemplo: depreciação acelerada incentivada);
 - b) os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com a legislação tributária, não sejam computados na determinação do lucro real (exemplos: resultados positivos de equivalência patrimonial; dividendos);
- 3) poderão ser compensados, total ou parcialmente, à opção do contribuinte, os prejuízos fiscais de períodos de apuração anteriores, desde que observado o limite máximo de trinta por cento do lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária. O prejuízo compensável é o apurado na demonstração do lucro real de períodos anteriores e registrado no Lalur (Parte B).

Conforme os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a apuração do lucro real encerra-se nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro,

quando há a apuração trimestral do imposto de renda, e no dia 31 de dezembro de cada ano-calendário, no caso de apuração anual do imposto de renda.

Quanto a possíveis compensações de prejuízos fiscais, Higuchi (2005), afirma que no lucro real trimestral, prejuízo fiscal de um semestre só poderá reduzir até o limite de 30% do lucro real dos trimestres seguintes. Ainda segundo Higuchi, (2005), no lucro real anual, os prejuízos poderão ser compensados integralmente com lucros apurados dentro do mesmo ano-calendário.

O art. 7º da Lei nº 12.814, de 16 de maio de 2013, alterou o *caput* do art. 13 e o inciso I do art. 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. Com a alteração, estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas:

a) cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses; (Redação dada pela Lei nº 12.814, de 16 de maio de 2013) (Vide parágrafo único do art. 9º, da Lei nº 12.814/2013).

Além da obrigatoriedade mediante o faturamento, estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas:

b) cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;

c) que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;

d) que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;

e) que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal do imposto de renda, determinado sobre a base de cálculo estimada, na forma do art. 2º da Lei nº 9.430, de 1996;

f) que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (*factoring*).

Segundo Zanluca (2015), os incentivos fiscais são uma forma de elisão previstos em lei, visto que o próprio texto legal dá aos contribuintes determinados benefícios. Sendo assim, empresas que estão obrigadas ao Lucro Real devem procurar tais incentivos. No caso de

empresas não obrigadas, deve-se apurar o lucro contábil, comparando com o lucro presumido, além de levar em consideração atividades e faturamentos permitidos no Simples Nacional, que isenta os micro e pequenos empresários dos 20% do INSS patronal.

2.3 Incentivos fiscais quanto ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica

Zanluca (2015) afirma que “incentivos fiscais” e “benefícios fiscais” são expressões sinônimas e caracterizam-se pela redução ou eliminação do respectivo ônus tributário, procedente de lei ou norma específica. Ainda na visão desse autor, a legislação do imposto de renda apresenta diversos incentivos fiscais, mas, por desconhecimento, muitos contribuintes não utilizam os dispositivos legais e acabam pagando mais imposto.

Instituído pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, o Programa de Auxílio ao Trabalhador (PAT) tem como objetivo suprir as necessidades nutricionais do trabalhador a fim de promover seu bem-estar e prevenir possíveis doenças. Como incentivo fiscal, o valor que corresponde à aplicação do imposto sobre os custos incorridos no período do programa é passível de dedução do imposto de renda, limitado a 4% do imposto devido (sem o adicional).

Conforme o Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, a pessoa jurídica tributada pelo Lucro Real poderá tratar como despesa operacional o valor total de doação às atividades culturais e artísticas, respeitando o limite máximo de 4% do imposto normal devido (sem os 10% adicionais do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica).

De acordo com o Decreto nº 794, de 5 de abril de 1993, a dedução para o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, no caso de doações destinadas ao Fundo da Criança e do Adolescente, bem como ao Fundo do Idoso, previsto na Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, é limitada a 1% do imposto devido antes do adicional do imposto de renda. Previsto na Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, posteriormente alterada pela Lei nº 11.472, de 2 de maio de 2007, e regulamentada pelo Decreto nº 6.180, de 3 de agosto de 2007, os valores doados como incentivos ao desporto também devem respeitar o limite de dedutibilidade de 1% do imposto devido, sem o adicional.

Em relação aos incentivos à atividade audiovisual, previstos no art. 1º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, alterada posteriormente pela Lei nº 11.329, de 25 de julho de 2006, as pessoas jurídicas, como forma de incentivo, terão dedução do imposto de renda ao efetuarem investimentos em produções cinematográficas brasileiras. Nesse caso, os investimentos podem ser deduzidos diretamente do lucro líquido até o limite de 3% do imposto normal devido, antes do adicional de 10%.

De acordo com o art. 614 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, que regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, não podem se beneficiar da dedução dos incentivos fiscais:

- I - as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido;
- II - as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro arbitrado;
- III - as empresas instaladas em Zona de Processamento de Exportação - ZPE;
- IV - as microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP, optantes pelo SIMPLES;
- V - as empresas referidas no § 2º do art. 541, relativamente à parcela do lucro inflacionário tributada à alíquota de seis por cento;
- VI - as pessoas jurídicas com registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN.

Sendo assim, os incentivos fiscais dedutíveis do imposto de renda de pessoa jurídica só podem ser utilizados por empresas que são enquadradas com base no lucro real (HIGUCHI, 2005).

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa

A pesquisa é baseada em métodos quantitativos. Para Silva e Silva (2001), uma pesquisa quantitativa traduz em números opiniões e informações, considerando-se todos os dados como quantificáveis para classificá-los e analisá-los, o que exige técnicas estatísticas.

Nesse sentido, o presente estudo contemplou os procedimentos de uma pesquisa do tipo descritiva. Segundo Gil (2009), a pesquisa descritiva tem como objetivo principal apresentar propriedades de alguma população ou fenômeno ou estabelecer relações entre as variáveis. Assim, a pesquisa procurou identificar quais são os serviços prestados pelos escritórios de contabilidade no Distrito Federal, bem como, especificamente, verificar se é oferecido o serviço de planejamento tributário quanto ao enquadramento tributário do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, com qual frequência é realizado, qual o grau de importância que o respondente dá a sua realização e quais ferramentas são utilizadas para realizá-lo.

3.2 Coleta de dados, definição da amostra e análise de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário produzido no Google Docs e encaminhado por e-mail. O questionário foi composto por quatro questões de identificação (nome do respondente, cargo, formação e razão social do escritório), as quais não entraram na estatística da pesquisa quantitativa, além de 24 questões produzidas com foco no referencial teórico apresentado neste estudo, totalizando 30 questões.

A amostragem inicial selecionada foi de 487 escritórios de contabilidade, no total, cadastrados junto ao Sindicato Varejista do Distrito Federal. Foi elaborado um e-mail padrão que, em seguida, foi encaminhado a todos os e-mails dos escritórios cadastrados no site do sindicato. Após 18 dias de postagens de e-mails, seguidas de ligações e até mesmo de visitas pessoais a alguns dos escritórios, conseguiu-se um total de 31 questionários respondidos. Desses, um não entrou na análise de dados, pois o respondente declarou não ter funcionários e seu faturamento declarado foi muito abaixo dos demais, o que causaria certa distorção nos dados, além de dois que se recusaram a responder o questionamento sobre o faturamento médio anual, ficando fora da estatística quantitativa apenas dessa questão. Sendo assim, o número que compõe a amostra da pesquisa é de 30 questionários.

Para a análise dos dados, foram utilizadas estatísticas descritivas nos itens “Quantidade de clientes”, “Faturamento médio anual”, “Quantidade de funcionários” e “Tempo de atuação no mercado”.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Tabela 1 traz algumas características dos escritórios respondentes, conforme pode ser visto:

Tabela 1– Características dos escritórios de contabilidade que participaram do estudo

Amostra	n	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Quantidade de clientes	30	111,10	122,32	27	500
Faturamento médio anual (R\$)	28	705.666,67	1.090.981,88	160.000,00	5.400.000,00
Quantidade de funcionários	30	10,3	9,67	3	38
Tempo de atuação no mercado	30	13	8,45	2	35

Fonte:Elaborada pelo próprio autor com base nos dados coletados.

Para elaboração da Tabela 1, foi retirado um questionário, pois o respondente declarou não ter funcionários e seu faturamento situa-se muito abaixo dos demais, o que causaria distorção na análise de dados.

Além desse questionário que foi retirado, dois dos 31 escritórios entrevistados se recusaram a informar seu faturamento médio anual, sendo assim, trabalhou-se com uma amostra de 28 escritórios para o item “Faturamento médio anual”.

Aufere-se da tabela que há, no Distrito Federal, desde escritórios de pequeno porte, que atendem 27 clientes, até escritórios de grande porte, que chegam a atender 500 clientes. Devido ao fato de serem questionados desde escritórios pequenos até escritórios de grande porte, observa-se um desvio padrão elevado para todas as características analisadas.

Percebe-se que os escritórios faturam, em média, algo em torno dos R\$ 706.000,00 anuais, trabalham com um quadro médio de dez funcionários, atendem em média 95 clientes e estão no mercado, em média, há 13 anos. Há escritórios mais tradicionais, os quais têm 35 anos de experiência, bem como escritórios novos no mercado, com apenas dois anos de atuação.

O tempo de atuação no mercado não interfere no que diz respeito ao uso do planejamento tributário nem às técnicas utilizadas para realizá-lo.

A Figura 1 mostra as cidades-satélites dos escritórios de contabilidade que participaram da pesquisa, sendo que a maioria dos respondentes concentrou-se no Plano Piloto, região central do Distrito Federal.

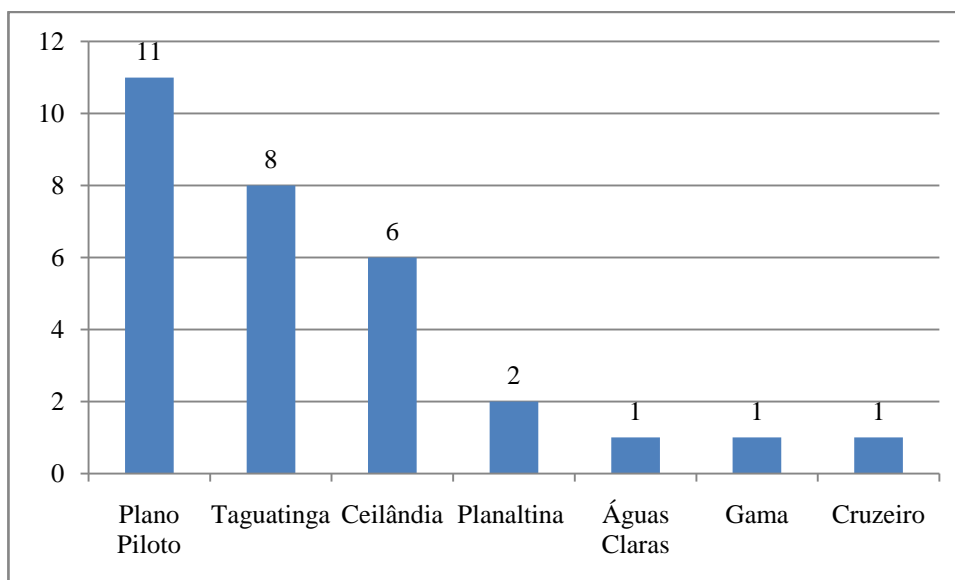


Figura 1—Cidades-satélites onde se concentram os escritórios que participaram da pesquisa.

Fonte: Elaborada pelo próprio autor com base nos dados coletados.

A Tabela 2 mostra os tipos de serviços prestados pelos escritórios de contabilidade, bem como a quantidade e a porcentagem de escritórios que prestam cada tipo de serviço.

Tabela 2— Tipos de serviços prestados pelos escritórios de contabilidade

Tipos de serviços	Quantidade que presta o serviço	Porcentagem que presta o serviço
Escrituração contábil	30	100%
Escrituração fiscal	30	100%
Folha de pagamento	28	93.5%
Auditoria	12	38.7%
Perícia	9	29%
Consultoria contábil	14	45.2%
Assessoria financeira	15	48.4%
Implementação de sistema de gestão financeiro e contábil	5	16.1%
Elaboração de IRPF e IRPJ	30	100%
Elaboração de DECORE	23	74.2%
Assessoria jurídica	9	29%
Elaboração de orçamentos	7	22.6%
Controle de custos	7	22.6%
Abertura/atualizaçãocadastral/encerramento de empresas	30	100%
Outros	2	6.5%

Fonte:Elaborada pelo próprio autor com base nos dados coletados.

Para que uma empresa seja constituída, a legislação impõe que esse trabalho seja feito por um profissional de contabilidade (ROSSÉS et al., 2014). Tal fato vai ao encontro com os resultados encontrados na presente pesquisa. Tal obrigação gera interesse por parte dos escritórios de contabilidade em prestar esse tipo de serviço. Conforme dados disponíveis na Tabela 2, todos os escritórios entrevistados realizam abertura/atualização cadastral/encerramento de empresas.

Outros três tipos de serviços são prestados por todos os escritórios entrevistados. São eles: escrituração contábil, escrituração fiscal e elaboração de declaração de imposto de renda de pessoa física e de pessoa jurídica. Além desses serviços, apenas dois são prestados por mais de 50% dos escritórios, sendo eles: folha de pagamento e elaboração de DECORE.

Na visão de autores como Miola et al. (2012) e Panucci Filho (2011), o profissional contábil, como agente que opera aspectos ligados aos negócios, superou a postura tradicional, passou a se atualizar constantemente, inclusive nas demais áreas, e desempenha papel de grande importância, pois o estudo dos dados contábeis dá suporte para a tomada de decisões e para uma melhor análise dos resultados alcançados. A prova desse papel pode ser vista nos tipos de serviços prestados pelos escritórios analisados nesta pesquisa. Alguns escritórios já prestam serviços de consultoria contábil, assessoria financeira, auditoria, perícia, assessoria jurídica, elaboração de orçamentos e controle de custos. Tais serviços auxiliam os gestores no processo de tomada de decisão.

Foi perguntado, em uma questão à parte, se o escritório fornece o serviço de planejamento tributário para seus clientes. O resultado pode ser visto na Tabela 3:

Tabela 3 – A empresa realiza planejamento tributário para assessorar seus clientes?

	Sim	Não
Quantidade	21	10
Porcentagem	67.7%	32.3%

Fonte:Elaborada pelo próprio autor com base nos dados coletados.

Dos 31 respondentes, 21 afirmaram realizar o planejamento tributário. Uma parte significativa (32.3%) não cumpre um aspecto muito importante do papel do profissional contábil, visto que, por meio do planejamento tributário, as empresas tomarão decisões para chegar a um equilíbrio no que diz respeito a tributos e contribuições (OLIVEIRA; GONÇALVES, 2013).

Dos 21 escritórios que afirmaram realizar o planejamento tributário, dois terços classificaram sua realização como importantíssima, e um terço considerou importante. Nenhum dos que responderam realizar o planejamento tributário declarou achar pouco importante ou não importante a sua realização. Os dados podem ser vistos na Figura 2:

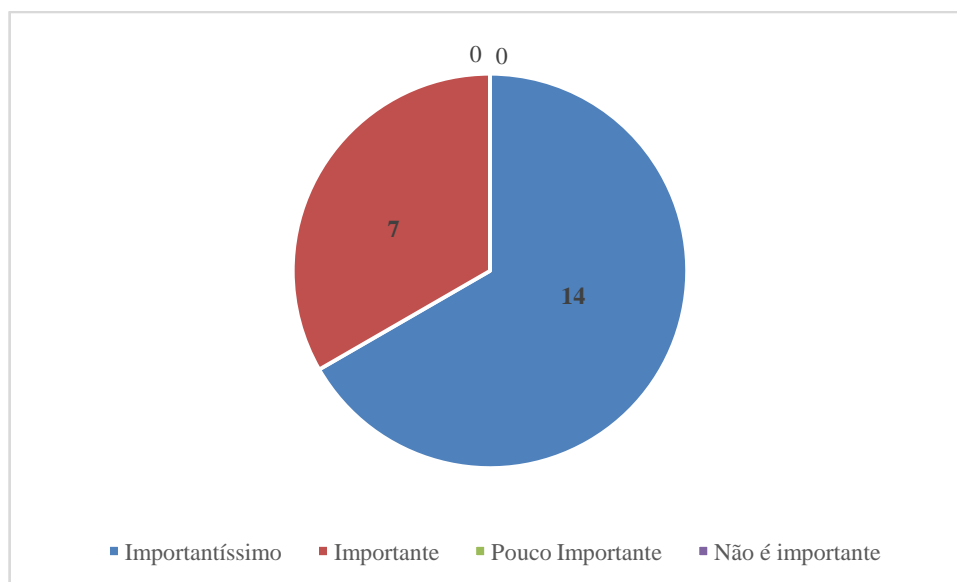


Figura 2– Grau de importância dado ao planejamento tributário por aqueles escritórios que o realizam.
Fonte: Elaborada pelo próprio autor com base nos dados coletados.

A Tabela 4 demonstra quais são os itens relevantes utilizados para a realização do planejamento tributário. Nota-se que todos os escritórios utilizam a receita bruta como um item relevante, pois é um limite para fins de enquadramento tributário, seguido por custos e despesas, o qual é utilizado por 82% dos escritórios entrevistados. “Planejamento demanda profissionais qualificados e que conheçam as atividades da empresa, de forma que sua implementação proporcione resultados alinhados com sua estratégia” (MIOLA et al., 2012). Sendo assim, além da receita bruta, devem-se considerar outros fatores para que a empresa ocorra num menor ônus tributário. No caso dos incentivos fiscais, os mais usuais foram os incentivos fiscais federais. Os dados estão resumidos na Tabela 4:

Tabela 4– Itens relevantes para a realização do planejamento tributário

Item	Quantidade	Porcentagem
Receita bruta	21	100%
Custos e despesas	18	85,70%
Custos e despesas dedutíveis	13	61,90%
Nº de funcionários	17	81%
Projeção de crescimentos	15	71,40%
Incentivos fiscais municipais e distritais	3	14,30%
Incentivos fiscais estaduais e distritais	5	23,80%
Incentivos fiscais federais	8	38,10%

Fonte:Elaborada pelo próprio autor com base nos dados coletados.

No caso dos incentivos fiscais federais, nota-se que o mais usual é o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), utilizado na recomendação para seus clientes por 78% dos escritórios entrevistados.

Tabela 5 – Incentivos federais mais usuais na recomendação para seus clientes

Incentivos Fiscais Federais	Quantidade	Porcentagem
PAT	7	77,80%
Incentivo à Atividade Audiovisual	2	22,20%
Fundo do Idoso	1	11,10%
Incentivo à Atividade Audiovisual	2	22,20%
Incentivo ao Desporto	3	33,30%
Atividades Culturais e Artísticas	1	11,10%
Incentivos Regionais	3	33,30%
Doação para o Fundo da Criança e do Adolescente	2	22,20%

Fonte:Elaborada pelo próprio autor com base nos dados coletados.

Quanto à periodicidade com que é realizado o planejamento tributário, a maioria dos escritórios o realiza anualmente, conforme pode ser constatado na Figura 3:

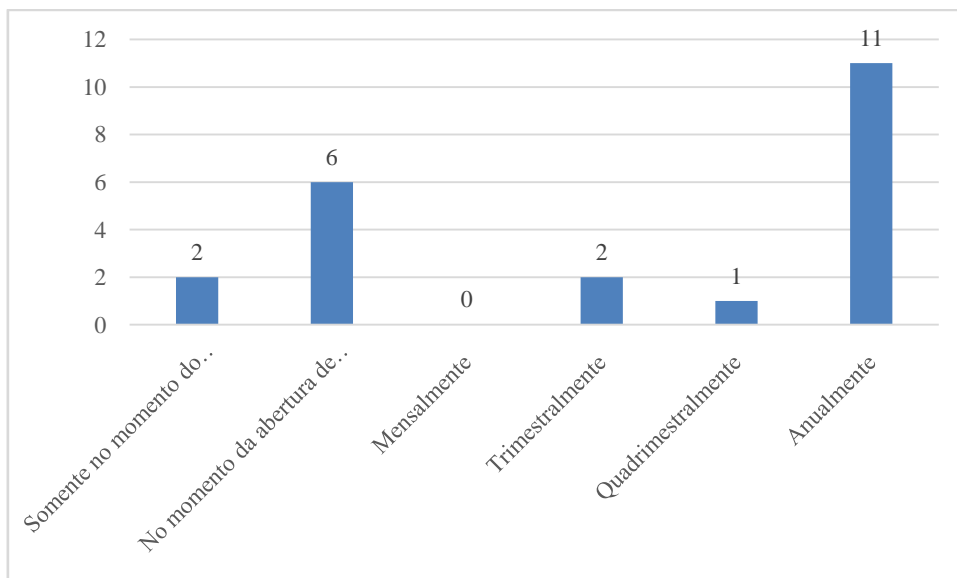


Figura 3 – Periodicidade com que é realizado o planejamento tributário.

Fonte: Elaborada pelo próprio autor com base nos dados coletados.

Foi perguntado aos entrevistados qual é a quantidade de clientes enquadrados no MEI, Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real. Constatou-se que os escritórios que têm maior número de clientes enquadrados no Lucro Real tinham, proporcionalmente, um maior número de clientes totais e um maior faturamento médio anual. O regime de tributação Lucro Real é o mais completo quando se trata da apuração do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica por exigir uma série de procedimentos a mais que os outros regimes tributários (BERLATO et al., 2014). Esse fator pode estar relacionado a um maior poder de barganha dos escritórios que atendem clientes enquadrados nesse regime de tributação.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo principal demonstrar quais são os procedimentos tomados por parte dos escritórios de contabilidade no Distrito Federal para determinar o enquadramento tributário de seus clientes quanto ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica.

Foi aplicado um questionário com o intuito de verificar quais são os tipos de serviços prestados pelos escritórios e de auferir dados referentes ao planejamento tributário. Serviços como abertura/atualização cadastral/encerramento de empresas são ofertados por todos os escritórios que participaram da pesquisa devido ao fato de que, para que uma empresa seja constituída, a legislação impõe que esse trabalho seja feito por um profissional de contabilidade (ROSSÉS et al., 2014). Escrituração fiscal, escrituração contábil e declaração de imposto de renda de pessoa física e jurídica também são ofertados por todos os escritórios que participaram da pesquisa.

Percebe-se também que o tempo de existência do escritório de contabilidade não interfere na oferta do serviço de planejamento tributário para seus clientes. Foi possível identificar a relação existente entre o número de clientes enquadrados no Lucro Real com o número total de clientes do escritório e o faturamento anual médio bruto. Os escritórios que têm o maior número de clientes enquadrados nesse regime de tributação têm maior faturamento médio bruto anual. O regime de tributação Lucro Real é o mais complexo quando se trata da apuração do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (BERLATO et al. 2014), fato que pode estar relacionado ao menor número de escritórios que prestam esse tipo de serviço.

Quanto às limitações presentes na pesquisa, o estudo se limitou ao planejamento tributário do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, que é o que apresenta maior relevância na gestão tributária da empresa. Os demais tributos estaduais e federais não foram analisados, embora se saiba que não deixam de influenciar o planejamento tributário como um todo.

Como sugestão de futuras pesquisas, pode-se destacar o estudo mais aprofundado sobre incentivos fiscais, quanto ao Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas, para empresas enquadradas no Lucro Real.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto nº 5.761*, de 27 de abril de 2006. Regulamenta a Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5761.htm>. Acesso em: 3 abril 2015.

_____. *Decreto nº 794*, de 5 de abril de 1993. Estabelece limite de dedução do Imposto de Renda das pessoas jurídicas, correspondentes às doações em favor dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0794.htm>. Acesso em: 3 abril 2015.

_____. *Decreto nº 1.598*, 26 de dezembro de 1977. Altera a legislação do imposto sobre a renda. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1598.htm. Acesso em: 3 abril 2015.

_____. *Lei nº 11.329*, de 25 de julho de 2006. Dispõe sobre a prorrogação de incentivos fiscais para aplicação em fundos destinados ao desenvolvimento da indústria cinematográfica, alterando a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11329.htm>. Acesso em: 3 abril 2015.

_____. *Lei nº 12.213*, de 20 de janeiro de 2010. Institui o Fundo Nacional do Idoso e autoriza deduzir do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso; e altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12213.htm>. Acesso em: 3 abril 2015.

_____. *Lei nº 6.321*, de 14 de abril de 1976. Dispõe sobre a dedução, do lucro tributável para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6321.htm>. Acesso em: 3 abril 2015.

_____. *Lei nº 8.685*, de 20 de julho de 1993. Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8685.htm 8.685/1993>. Acesso em: 3 abril 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. RECEITA FEDERAL. *Solução de Consulta nº 164 – Cosit*, de 25 de junho de 2014. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/Legislacao/SolucoesConsultaCosit/2014/SCCosit1642014.pdf>>. Acesso em: 3 abril 2015.

BERLATTO, Odir; BOLSON, Diandra; DUTRA, Catherine Chiappin. Análise tributária em uma indústria de produtos alimentícios de Caxias do Sul. *Anais VIII Seminário de Iniciação Científica Curso de Ciências Contábeis da FSG*, V.5, N.1, 2014. Disponível em: <http://ojs.fsg.br/index.php/anaiscontabeis/article/viewFile/1144/869>. Acesso em: 3 abril 2015.

CORRÊA, Gislaíne Lopes; ALVES, João Brandão; PASSOS, Ivan Carlin; BRITO, Eduardo de; GAIO, Luiz Eduardo. Planejamento tributário: como uma gestão tributária eficaz pode auxiliar na recuperação dos créditos fiscais. *RDIET*, Brasília, V. 9, n. 2, p. 26-47, Jul-Dez, 2014. Disponível em:

<<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDIET/article/viewFile/5317/3717>>. Acesso em: 3 abril 2015.

FABRETTI, Láudio Camargo. *Contabilidade tributária*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. 12. reimpressão São Paulo: Atlas, 2009. 175 p

HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Fabio; HIGUCHI, Celso, *Imposto de Renda das Empresas*, 30a Edição, São Paulo, IR Publicações – 2005

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro; COELHO, Núbia Aparecida. Planejamento tributário pela contabilidade: uma necessidade para o desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte brasileiras. *Pensar Contábil*. Conselho Regional de Contabilidade do RJ. Rio de Janeiro/RJ. Ago./Out. 2002. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/2387/2067>>. Acesso em: 3 abril 2015.

LIMA, Francineide Borges; DUARTE, Ana Maria da Paixão. Planejamento tributário: instrumento empresarial de estratégia competitiva. *Qualitas Revista Eletrônica*, João Pessoa/PB, v. 6, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/106/75>>. Acesso em: 3 abril 2015.

MAGGI, L. (Org.). *Planejamento contábil e tributário* (Leituras). 1. ed. Belo Horizonte: Fumarc, 2009. v. 1. 189p.

MIOLA, Jéssica Rayse de Melo Silva; ÁVILA, Lucimar Antônio Cabral de; MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes. Tipos e intensidade de serviços prestados por escritórios de contabilidade: uma análise da prestação de serviços de planejamento tributário. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ* (online), Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 60-77, set/dez 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5343/3950>>. Acesso em: 3 abril de 2015.

NEVES, Silvério das. VICECONTI, Paulo E.V. *Contabilidade de Custos um enfoque direto e objetivo*. 7 ed. São Paulo: Frase, 2003.

OLIVEIRA, Luís Martins de; CHIEREGATO, Renato; PEREZ JÚNIOR, José Hernandez; GOMES, Marliete Bezerra. *Manual de contabilidade tributária - textos e testes com as respostas*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Rodrigo Rios Faria de; ALMEIDA, Joel de Paula. Planejamento tributário de uma empresa prestadora de serviços na área de ensino. *E-Locução Revista Científica da FAEX*, Extrema/MG, Edição 05, Ano 3, p. 79-92, 2014. Disponível em: <<http://www.faex.edu.br/periodicos/index.php/e-locucao/article/view/46/47>>. Acesso em: 3 abril 2015.

OLIVEIRA; Rodrigo Rios Faria de; GONÇALVES, Marina. A importância do planejamento tributário para as empresas. *E-Locução Revista Científica da FAEX*, Extrema/MG, Edição 03, Ano 2, 2013. Disponível em: <<http://www.faex.edu.br/periodicos/index.php/e-locucao/about/contact>>. Acesso em: 3 abril 2015.

PANUCCI FILHO, L. Perspectivas profissionais dos estudantes de Ciências Contábeis. *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, Cascavel/PR. [s. I.], v. 10, n. 19, p.113-131, 2011. Disponível em: <<file:///Users/annacristinaaraujorodrigues/Downloads/4477-23966-2-PB.pdf>>. Acesso em: 3 abril 2015.

PINTO, João Roberto Domingues. *Imposto de Renda – contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal e Sistema Simples*. 20. ed. Porto Alegre: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/livro_ir_site.pdf>. Acesso em: 3 abril 2015.

ROSA, Marcelo Medeiros da; PETRI, Sérgio Murilo; PETRI, Luana Ramos Figueiredo; CASAGRANDE, Maria Denize Henrique. O Balancedscorecard como ferramenta de gestão estratégica e orçamentária da Fundação Cultural de Florianópolis. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, João Pessoa/PB, v. 2, n. 1, p. 39-58, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/recfin/article/view/16721>>. Acesso em: 3 abril 2015.

ROSSÉS, Gustavo Fontinelli; SCCOTT, Carla Rosane da Costa; ÁVILA, Lucas Veiga. Qualidade em serviços contábeis como ferramenta de gestão: o caso de um escritório contábil em Santa Maria-RS. *Revista Nucleus*, Ituverava/SP, v.11, n. 2, out. 2014. Disponível em: <<http://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/view/1097>>. Acesso em: 3 abril 2015.

SÁ, Antônio Lopes de. *Planejamento tributário: Lucro ou perda?*. 2003. Disponível em: <<http://www.classecontabil.com.br/artigos/planejamento-tributario-lucro-ou-perda>>. Acesso em 3 abril 2015.

SILVA, Flaviane Aparecida de Oliveira; CARPINETTI, Mayra Faria; SILVA, Beniza Maria Figueira Thomaz; ALVARELI, Luciani Vieira Gomes. A importância do planejamento tributário nas empresas mediante a complexa carga tributária brasileira. *Janus*, Lorena, n. 13, p. 11-27. Jan./Jun., 2011. Disponível em: <<http://www.fatea.br/seer/index.php/janus/article/viewFile/963/743>>. Acesso em: 3 abril 2015.

SILVA, H.; SILVA, M. *Metodologia de pesquisa*. 3. ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

SILVEIRA, Túlio Belchior Mano. Introdução ao estudo sobre a elisão fiscal, evasão fiscal e o planejamento tributário. Jan./Jun., 2013. Disponível em: <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDIET/article/viewFile/4834/3055>. Acesso em: 3 abril 2015.

VELLO, André Pinto Coelho; MARTINEZ, Antonio Lopo. Planejamento tributário eficiente: uma análise de sua relação com o risco de mercado. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Florianópolis, v. 11, n. 23, p. 117-140, mai./ago. 2014. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2014v11n23p117/27704>>. Acesso em: 3 abril 2015.

ZANLUCA, Júlio César. *Manual dos benefícios fiscais do IRPJ*. 2015. Disponível em: <<http://www.acalma.org/pdf/Manual%20dos%20Beneficios%20Fiscais..pdf>>. Acesso em 3 abril 2015.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)

Departamento Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)



Saulo Bersan de Faria
Discente

Prof^a. Dr^a Clesia Camilo Pereira
Orientador

A presente pesquisa tem por objetivo a verificação dos procedimentos utilizados pelos escritórios de contabilidade na orientação de seus clientes quanto ao enquadramento para fins de apuração do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica.

QUESTIONÁRIO

BLOCO 1 – Identificação da entrevista

Nome do entrevistado:	
Cargo:	
Formação:	

BLOCO 2 – Identificação da empresa

QUESTÕES	RESPOSTAS
Razão social	
Localização da sede da empresa	
Período de início de suas atividades	
Quantidade de clientes atendidos	
Quantidade de clientes enquadrados no Lucro Real anual	
Quantidade de clientes enquadrados no Lucro Real trimestral	
Quantidade de clientes enquadrados no Lucro Presumido	
Quantidade de clientes enquadrados no Lucro Arbitrado	

Quantidade de clientes enquadrados no Simples Nacional	
Quantidade de clientes enquadrados no MEI	
Quantidade de funcionários	
Faturamento anual	
Seus clientes, em sua maioria, são de algum ramo específico?	() Não () Sim Qual: _____

BLOCO 3 – Tipos de serviços prestados pelo escritório de contabilidade

- () Escrituração contábil
 () Escrituração fiscal
 () Folha de pagamento
 () Auditoria
 () Perícia
 () Consultoria contábil
 () Assessoria financeira
 () Implantação de sistema de gestão financeiro e contábil
 () Elaboração de declaração de imposto de renda pessoa física e jurídica
 () Elaboração de DECORE
 () Assessoria jurídica
 () Elaboração de orçamentos
 () Controle de custos
 () Abertura/atualização cadastral/encerramento de empresas
 () Outros:

BLOCO 4 – Da orientação do escritório aos clientes

a) A empresa faz planejamento tributário?

() Sim () Não

Caso responda que sim, responda às perguntas a seguir:

b) Qual o grau de importância que a empresa atribui à realização do planejamento tributário?

- () Importantíssimo.
 () Importante.
 () Pouco importante.
 () Não é importante.

c) Quando é (são) realizado(s) o(s) planejamento(s) tributário(s)?

- () Somente no momento do contrato de prestação de serviços com o cliente.
 () No momento da abertura de novas empresas.

